

COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 7 dias do mês de outubro do ano de 2025, às 10 horas e 30 minutos, por meio do aplicativo Microsoft Teams, reuniram-se por videoconferência os membros titulares e suplentes do Comitê Gestor da ICP-Brasil - CG ICP-Brasil, servidores do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI e alguns ouvintes para participar da 2ª Reunião Ordinária de 2025 deste Comitê. Participaram: Enylson Flávio Martinez Camolesi (Coordenador do CG ICP-Brasil), representante titular da Casa Civil da Presidência da República; Rubens Caetano Barbosa de Souza (titular do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação); Antônio Francisco Cruvinel (suplente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços); Danielle Carvalho Barbosa (titular do Ministério da Fazenda); Leonardo Garcia Greco (titular do Ministério da Justiça e Segurança Pública); Egon Schaden Júnior, Leonardo Gonçalves e Célio de Siqueira Ribeiro (representantes titulares) e Eduardo Leite de Assis (representante suplente) da Sociedade Civil; Maurício Coelho (Diretor de Tecnologias de Identificação do ITI); Pedro Pinheiro Cardoso (Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização do ITI); Alexandre Machado (Procurador-Chefe do ITI); Eder Eustaquio Alves (Chefe de Gabinete do ITI); Luciana Corrêa de Siqueira (Coordenadora-Geral de Normalização e Pesquisa do ITI); e Geraldo Clay de Souza Maciel (Coordenador-Geral de Operações do ITI). Os demais, a seguir, participaram na qualidade de ouvintes: Edmar Araújo, Braulio Augusto Breidenbach Pupim, Marcello Antunes da Silva, Fernando da Silva Costa e Brenda Sampaio. Registra-se que esta reunião ordinária foi transmitida ao vivo pelo canal oficial do ITI no YouTube, permanecendo seu conteúdo integralmente disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gJVlbGWkxkg>.

Abertura e pronunciamento inicial

O Coordenador do CG ICP-Brasil, Enylson Flávio Martinez Camolesi, abriu a reunião agradecendo a presença dos membros e o apoio da equipe de comunicação do ITI. Após

aguardar alguns minutos para o ingresso de todos na plataforma, solicitou a identificação dos participantes para confirmação de quórum. Constatada a presença regimental, declarou aberta a sessão e passou aos informes gerais.

Inicialmente, informou que a Comissão Europeia formou grupo de trabalho com a participação de representantes do ITI, com o objetivo de avançar nas tratativas referentes ao reconhecimento transfronteiriço de assinaturas eletrônicas entre o Brasil e a União Europeia.

Em seguida, mencionou a Medida Provisória do Rdata, que visa incentivar a instalação de data centers no território nacional, destacando seu potencial impacto positivo na infraestrutura de confiança da ICP-Brasil.

Registrou agradecimento aos patrocinadores e organizadores do Congresso da Cidadania Digital 2025, realizado em setembro, ressaltando o sucesso e a relevância do evento no cenário tecnológico nacional. Destacou o empenho da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia em Identificação Digital (ABRID), do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) e das equipes do ITI, especialmente de Brenda e Maurício, pela condução das atividades.

Enfatizou ainda a importância do painel WORKFAZ sobre selos e as recentes mudanças na ICP-Brasil, com participação da representante Danielle Carvalho Barbosa, destacando que o evento contribuiu significativamente para o fortalecimento do setor de certificação digital no país.

Encerrados os informes, o Coordenador passou a palavra ao Diretor Maurício Coelho, para apresentar o resumo da pauta constante da ordem do dia:

- Pauta única - Isenção da tarifa de emissão de certificado para credenciamento simplificado na cadeia v10 da ICP-Brasil.

Deliberação e votação da ordem do dia

Pauta única - Isenção da tarifa de emissão de certificado para credenciamento simplificado na cadeia v10 da ICP-Brasil.

O Diretor de Tecnologias de Identificação do ITI, Maurício Coelho, apresentou a contextualização da pauta encaminhada ao Comitê pela Associação Nacional de Certificação Digital (ANCD), por meio de seu Presidente do Conselho de Administração, Leonardo Gonçalves, membro titular deste colegiado.

Explicou que a cadeia v10 foi criada para possibilitar a emissão de certificados do tipo SSL/TLS no âmbito da ICP-Brasil. Entretanto, por decisão anterior do Comitê Gestor, a emissão desse tipo de certificado foi descontinuada, sendo a cadeia redirecionada para certificados voltados a aplicações específicas, no contexto da modernização da ICP-Brasil.

Em decorrência dessa mudança, tornou-se necessária a emissão de novos certificados pela AC Raiz (ITI) para quatro Autoridades Certificadoras impactadas, considerando as novas políticas aplicáveis. A política tarifária vigente prevê a cobrança de tarifa pela emissão de certificados pela AC Raiz às ACs subsequentes, o que motivou o pleito de isenção apresentado pela ANCD, visto que as ACs já haviam quitado tarifas anteriores referentes aos certificados emitidos para essa mesma cadeia v10, para atividades agora descontinuadas por decisão normativa do Comitê Gestor.

Informou que o ITI realizou análises técnicas e jurídicas favoráveis à razoabilidade e pertinência da isenção, ressaltando que a competência para deliberar sobre cobrança ou isenção de tarifas é do Comitê Gestor da ICP-Brasil.

O tema foi previamente debatido em reunião preparatória, realizada em 2 de outubro de 2025, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil, sem registro de divergências ou questionamentos.

Na sequência, Leonardo Gonçalves apresentou a exposição de motivos, destacando que a cobrança decorre de alterações normativas recentes, aprovadas por este Comitê, e que o caso não se refere ao ingresso de novas Autoridades Certificadoras, mas sim a uma adequação compulsória imposta a entidades já credenciadas e em operação regular.

Mencionou parecer da Procuradoria Federal junto ao ITI, que reconheceu a viabilidade da isenção, por se tratar de ajuste regulatório e não de novo credenciamento. Recordou

precedente de 2019, quando o Comitê deliberou de forma semelhante sobre isenção de tarifas em processos de migração de cadeia para atendimento aos requisitos do *WebTrust*.

Ressaltou que o setor representado pela ANCD não busca privilégios, mas reafirma o compromisso da indústria com a segurança, inovação e estabilidade regulatória da ICP-Brasil, garantindo a continuidade dos serviços essenciais, a proteção da sociedade e a integridade do sistema de certificação digital.

Não havendo mais dúvidas ou manifestações, o Coordenador abriu a votação, solicitando a manifestação dos participantes.

Resultado da votação: PAUTA ÚNICA APROVADA POR UNANIMIDADE.

Pronunciamento final e encerramento

Encerrada a votação, o Coordenador consultou se algum membro gostaria de se manifestar. Célio de Siqueira Ribeiro, representante da Sociedade Civil, agradeceu ao Coordenador pelos elogios à organização do Congresso da Cidadania Digital, destacando o apoio do ITI, da SGD, do Ministério da Justiça, da Receita Federal, do Ministério dos Direitos Humanos e da Polícia Federal. Ressaltou o sucesso do evento, que contou com 1.676 participantes, atribuindo-o à qualidade dos temas e painelistas.

Leonardo Gonçalves, representante da Sociedade Civil, agradeceu à Receita Federal pela receptividade e destacou a atuação da ANCD na coordenação do grupo de trabalho relacionado ao WorkFaz. Ressaltou o alinhamento e o esforço conjunto para garantir uma migração segura e tranquila para a nova versão da ICP-Brasil (v2.0), informando que parte da indústria já gerou suas novas cadeias. Reiterou o compromisso de disponibilizar o selo eletrônico à sociedade e às empresas somente após todas as validações necessárias.

Eduardo Leite de Assis, representante da Sociedade Civil, parabenizou Célio Ribeiro e a ANCD pela organização do Congresso da Cidadania Digital, sugerindo que futuras edições incluam mais pautas relacionadas à certificação digital, tema relevante especialmente no contexto da nova identificação civil.

O Coordenador Enylson Flávio Martinez Camolesi agradeceu a participação de todos, ressaltando que o objetivo principal da reunião, discutir a pauta e apresentar informes complementares, foi plenamente alcançado. Destacou o papel da indústria em contribuir com conteúdos relevantes e informou que esta possivelmente foi a última reunião de 2025, mas que já há pautas previstas para 2026.

Nada mais havendo a registrar, considerou-se encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Eder Eustaquio Alves, Chefe de Gabinete do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, à luz do artigo 7º do anexo I da Resolução CG ICP-Brasil nº 190, 18 de maio de 2021, que aprova o regimento interno do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – CG ICP-Brasil, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, encaminha-se assinada digitalmente para publicação no site do ITI, www.iti.gov.br.

EDER EUSTAQUIO ALVES

Chefe de Gabinete do ITI

Aprovo a lavratura da presente Ata de Reunião. Publique-se.

ENYLSO CAMOLESI

Coordenador do CG ICP-Brasil